

2012

Documento informativo



Balanço Preliminar das Economias
da América Latina e Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

2012

Documento informativo



Balanço preliminar das economias
da América Latina e Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Alicia Bárcena
Secretária-Executiva

Antonio Prado
Secretário-Executivo Adjunto

Juan Alberto Fuentes
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Documentos e Publicações

O *Balance preliminar de las economías de América Latina e el Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração desta edição 2012 esteve chefiada por Juan Alberto Fuentes, Diretor da Divisão.

Para a realização deste documento, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatística, das sedes sub-regionais da CEPAL em México, D.F. e Port of Spain, e dos escritórios nacionais da Comissão em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Montevidéu e Washington, D.C.

O relatório regional foi elaborado por Juan Alberto Fuentes com a contribuição dos seguintes especialistas: Luis Felipe Jiménez, Cameron Daneshvar e Seung-jin Baek (setor externo), Ricardo Martner e Andrea Podestá (política fiscal), Ramón Pineda, Rodrigo Cárcamo, Benjamin Rae e Alejandra Acevedo (política monetária, cambial e macroprudencial), Sandra Manuelito (atividade e preços) e Jürgen Weller (emprego e salários). Sandra Manuelito e Claudio Aravena fizeram as projeções econômicas. Vianka Aliaga, Leandro Cabello, Jazmín Chiu, Ivonne González, Michael Hanni e Carolina Serpell colaboraram com a preparação das informações estatísticas e com a apresentação gráfica.

As notas sobre os países se baseiam nos estudos realizados pelos seguintes especialistas: Olga Lucía Acosta, Nohora Forero e Juan Carlos Ramírez (Colômbia), Dillon Alleyne (Jamaica e Suriname), Rodrigo Cárcamo (Venezuela (República Bolivariana da)), Cameron Daneshvar (Paraguai), María Kristina Eisele (Honduras), Randolph Gilbert (Haiti), Michael Hendrickson (Bahamas e Belize), Juan Pablo Jiménez (Uruguai), Luis Felipe Jiménez (Chile), Cornelia Kaldewei (Equador), Sandra Manuelito (Peru), Rodolfo Minzer (Costa Rica e Panamá), Carlos Mussi (Brasil), Ramón Padilla (México), Machel Pantin (Trinidad e Tobago), Willard Phillips (Barbados e União Monetária do Caribe Oriental), Benjamin Rae (Bolívia (Estado Plurinacional da)), Juan Carlos Rivas (Guatemala), Indira Romero (Cuba), Daniel Vega (Argentina), Francisco Villareal (El Salvador), Kohei Yoshida (Guiana) e Willy Zapata (Nicaragua e República Dominicana).

As notas sobre os países podem ser consultadas na página www.cepal.org.

Notas

Nos quadros da presente publicação foram usados os seguintes sinais:

Três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam por separado ou não estão disponíveis.

Um traço (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula (,) é usada para separar os decimais.

A palavra "dólares" se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação contrária.

ÍNDICE

		<i>Página</i>
Resumo executivo		
A crise econômica mundial teve um impacto negativo, mas não drástico, na região		5
Em face da instabilidade financeira mundial, foi menor a entrada de capital de curto prazo e houve uma maior volatilidade cambial no Brasil e no México, embora as pressões para a apreciação cambial tenham se reduzido		6
A política monetária teve uma orientação levemente expansionista		6
As contas fiscais se deterioraram na maioria dos países, porém continuam a predominar políticas fiscais prudentes		7
A pesar da deterioração da economia mundial, a região mostrou resiliência		7
Embora o emprego e os salários tenham aumentado, inclusive com uma redução maior do desemprego entre as mulheres que o entre os homens, há indícios de menor crescimento do emprego “de qualidade”		9
As perspectivas para 2013 continuam sinalizando um contexto externo pouco dinâmico e sujeito a incertezas		10
 Quadro		
Quadro 1	Produto interno bruto total, taxas de variação	8
 Gráfico		
Gráfico 1	América Latina e Caribe: crescimento econômico, emprego e desemprego, 2000-2012	8

RESUMO EXECUTIVO

A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL TEVE UM IMPACTO NEGATIVO, MAS NÃO DRÁSTICO, NA REGIÃO

A recessão na Europa, resultante de desequilíbrios financeiros, fiscais e de competitividade, sobretudo na zona do euro, a desaceleração na China e o crescimento moderado nos Estados Unidos contribuíram para uma deterioração significativa da economia mundial em 2012. As taxas de crescimento do produto e do comércio mundial caíram, os fluxos de capital para os países em desenvolvimento se reduziram e sua volatilidade aumentou.

Essa deterioração na América Latina e Caribe repercutiu principalmente no âmbito comercial. Devido à recessão na União Europeia e à desaceleração do crescimento econômico na China em 2012, o valor das exportações da América Latina e Caribe para a União Europeia caiu 4,9% e, para a China, 0,9%. Em contrapartida, em face ao dinamismo moderado, porém positivo, da economia dos Estados Unidos, a taxa de crescimento das exportações da região para esse país foi de 4,8%, ao passo que as exportações dentro da América Latina cresceram 1,4%.¹ Para o conjunto da América Latina e Caribe, registrou-se uma acentuada desaceleração do crescimento do valor das exportações, que passou de 22,3% em 2011 para uma estimativa de 1,6% em 2012.²

Dentro da região, o impacto foi diferenciado. Nos países exportadores de hidrocarbonetos, junto com o México e os países centro-americanos e do Caribe, que destinam uma grande parcela de suas exportações de bens e serviços aos Estados Unidos, o impacto negativo foi menor porque vários deles puderam aumentar suas exportações para esse mercado e, em alguns casos, para a Europa e a China. Para outros países sul-americanos que enviam uma parcela maior de suas exportações —especialmente de recursos naturais— à China e à União Europeia, o impacto foi mais forte, dado que, em vários casos, suas exportações para ambos os destinos sofreram uma forte redução. O turismo à região, por sua vez, especialmente à América Central e Caribe, registrou uma taxa de crescimento positiva em 2012. As remessas, provenientes sobretudo dos Estados Unidos, também se elevaram nesses países, ao passo que diminuíram naqueles com uma maior proporção de migrantes vivendo na Espanha, como o Equador e Colômbia.

Uma consequência do esfriamento da economia mundial foi a deterioração dos termos de intercâmbio para a região como um todo, embora a manutenção dos preços dos hidrocarbonetos e a alta dos preços dos óleos e sementes oleaginosas —em consequência de fenômenos climáticos— tenha evitado uma deterioração dos termos de intercâmbio dos países cuja exportação se concentra nesses produtos. Devido à evolução negativa ou relativamente estável dos termos de intercâmbio na maioria dos países da região, o aumento do valor de suas exportações pode ser mais atribuído à elevação da quantidade exportada do que à alta dos preços, como havia ocorrido em anos anteriores. O Brasil foi uma exceção a essa tendência, uma vez que o valor de suas exportações recuou, o que, de forma agregada, pode ser imputado a uma redução dos preços e ao fato de que a quantidade exportada total não sofreu alterações significativas.

¹ Essas taxas de crescimento se referem a dados correspondentes ao período compreendido entre janeiro e setembro de 2012.

² Essa cifra corresponde à variação do valor das exportações dos países que apresentam informações referentes a esses dois anos.

As tendências anteriores tiveram como reflexo uma redução do superávit no comércio de bens no balanço de pagamentos regional entre 2011 e 2012 (de 1,4% para 1,0% do PIB), o que, por sua vez, se manifestou na forma de um aumento do déficit da conta corrente (de 1,3% para 1,5% do PIB) para a região como um todo e, em especial, para a maioria dos países da América do Sul. A deterioração da conta corrente foi mais evidente no caso dos exportadores de minerais e metais, cujas importações também cresceram em função do aumento da demanda interna.

O México, ao contrário dos países mencionados, registrou uma redução do déficit de sua conta corrente como resultado da diminuição das saídas pelo conceito de renda dos fatores, e os saldos comerciais e da conta corrente dos países centro-americanos não sofreram grandes alterações, embora tenham persistido níveis elevados de déficit em conta corrente, em torno de 7% do PIB.

Em face da instabilidade financeira mundial, foi menor a entrada de capital de curto prazo e houve uma maior volatilidade cambial no Brasil e no México, embora as pressões para a apreciação cambial tenham se reduzido

Em face da instabilidade financeira mundial, foi menor a entrada (líquida) de capital de curto prazo na América Latina e Caribe em 2012 em comparação com 2011, e ocorreu uma maior volatilidade cambial nos dois maiores países da região, Brasil e México, os quais também figuram entre os mais integrados aos mercados financeiros internacionais. A região como um todo continuou a acumular reservas internacionais, porém em montantes inferiores aos de 2011. Em consequência da deterioração da conta corrente e da redução da entrada de capitais —em alguns casos, provocada por regulamentações ou favorecida por uma menor colocação de títulos soberanos no exterior, a despeito do aumento da colocação de títulos privados—, diminuíram as pressões para a apreciação do câmbio em vários países. O Brasil e o México experimentaram uma depreciação nominal e real de suas moedas nacionais,³ embora, em outros países, as moedas nacionais tenham continuado a valorizar-se apesar de intervenções no mercado cambial e de uma acumulação de reservas internacionais, a qual chegou a mais de 1% do PIB em alguns países. Somente na Argentina, Chile e Venezuela (República Bolivariana da), houve uma redução razoavelmente significativa das reservas internacionais em 2012.

A política monetária teve uma orientação levemente expansionista

Na maioria dos países, a política monetária buscou atenuar o efeito negativo da contração da demanda externa sobre a atividade econômica. De modo geral, procurou-se evitar a implementação de políticas que restringissem excessivamente a expansão do crédito e da demanda interna —como elevações das taxas de juros ou outros tipos de política de controle dos agregados monetários—, apesar de certo repique inflacionário, associado, em parte, ao aumento dos preços dos alimentos a partir de setembro de 2012. Em países com regimes de metas de inflação, como o México e o Peru, a taxa de inflação se situou temporariamente acima do limite superior da meta, embora a inflação na região como um todo em 2012 (5,8%) tenha estado abaixo da registrada em 2011 (6,9%).

Continuaram os esforços para fortalecer as políticas macroprudenciais por meio da aplicação do depósito compulsório, por vezes para promover o uso das moedas nacionais (Bolívia (Estado Plurinacional da), Paraguai, Peru e Uruguai) ou para evitar o endividamento excessivo das famílias (Colômbia). Também houve reformas da regulamentação financeira para estabelecer provisões

³ Ao comparar a média diária da taxa de câmbio nominal dos períodos compreendidos entre janeiro e novembro de 2012 e entre janeiro e novembro de 2011, haveria uma depreciação de 7% do peso mexicano e de 17,3% do real em relação ao dólar.

anticíclicas (Equador), atenuar riscos derivados da taxa de juros (Bahamas, Paraguai, Equador) ou dar mais atribuições ao banco central (Argentina e, em menor medida, Guatemala).

As contas fiscais se deterioraram na maioria dos países, porém continuam a predominar políticas fiscais prudentes

Embora haja algumas exceções, cresceu a diferença entre receitas e despesas na maior parte dos países devido a um aumento das despesas (1,5 ponto percentual do PIB) superior ao das receitas (1 ponto percentual). No entanto, a análise da relação entre os saldos fiscais e o ciclo econômico que vive a região sugere a implementação de políticas fiscais prudentes durante 2012.

O aumento das despesas ajudou a manter o dinamismo da demanda interna, com ênfase no consumo, uma vez que, em 2012, as despesas correntes cresceram mais (aumento de 1 ponto percentual do PIB) do que as despesas de capital (0,6 ponto percentual do PIB) na maioria dos países. No caso dos exportadores de recursos naturais, a diminuição de suas receitas não tributárias foi compensada por um crescimento equivalente das receitas tributárias associadas à expansão da demanda interna. Contudo, de modo geral, o aumento das receitas fiscais registrado nos países da América Latina (em 13 de 19) foi bastante moderado. Além disso, foram lançadas diversas medidas ou reformas tributárias em vários países (Argentina, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Panamá, Peru e República Dominicana), as quais deverão ter como reflexo um aumento da carga tributária em 2013.

Houve aumentos ligeiros da dívida, mas sem ameaçar a sustentabilidade fiscal nos países da América Latina, embora tenha ocorrido uma deterioração fiscal maior no Caribe, cujo déficit global aumentou de 3,6% para 4,0% do PIB. Assim, piorou a situação fiscal não apenas dos países caribenhos exportadores de serviços, mas também dos exportadores de recursos naturais.

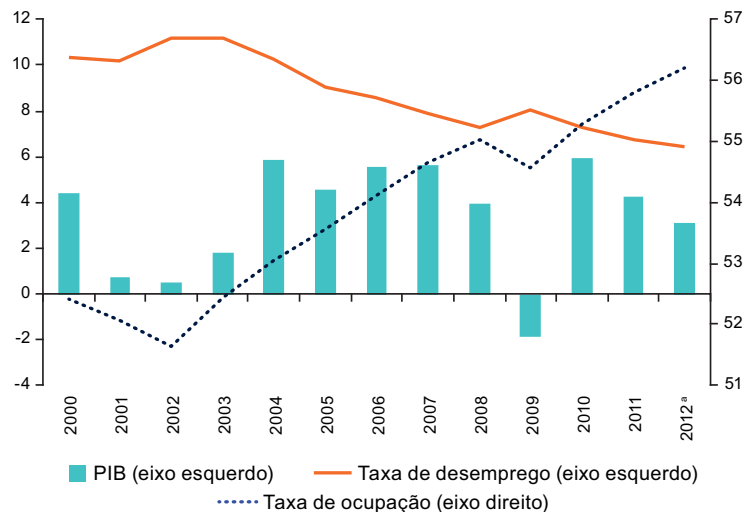
A pesar da deterioração da economia mundial, a região mostrou resiliência

A atividade econômica da América Latina e Caribe em 2012 resultante da interação entre a deterioração da economia mundial, o padrão de especialização da região e as políticas que se aplicaram evidenciou certa resiliência ao enfrentar choques de origem externa. Em particular, registrou-se um crescimento do PIB da região (3,1%) superior ao crescimento mundial (2,2%), uma pequena redução do desemprego, de 6,9% em 2011 para 6,4% em 2012, e um aumento dos salários reais (veja o gráfico 1 e o quadro A-21 do anexo estatístico). A maioria dos países do Caribe de língua inglesa e holandesa, que demoraram mais a se recuperar da crise financeira mundial de 2008-2009, apresentaram taxas de crescimento ainda baixas, embora positivas e ligeiramente mais altas em 2012 (1,1%) do que em 2011 (0,4%) (gráfico 1).

Incidu sobre o desempenho regional o crescimento mais baixo de duas das maiores economias da região, a Argentina (2,2% em 2012, frente a 8,9% em 2011) e o Brasil (1,2% em 2012, em comparação com 2,7% em 2011).⁴ Excluídos esses dois países, o crescimento do PIB da América Latina e Caribe teria sido de 4,3%, cifra semelhante ao crescimento da região no ano anterior (4,5%). O México cresceu 3,8%, enquanto outros países registraram um crescimento igual ou superior a 5%, como Bolívia (Estado Plurinacional da) (5%), Chile (5,5%), Costa Rica (5%), Peru (6,2%) e Venezuela (República Bolivariana da) (5,3%). O Panamá se manteve como a economia com maior crescimento da região (10,5%). As demais economias da América Latina e Caribe tiveram uma expansão entre 1% e 5%, com exceção do Paraguai, São Cristóvão e Névis e Jamaica, que registraram taxas de crescimento negativas. Em conjunto, o crescimento foi de 4,2% na América Central, 2,7% na América do Sul e 1,1% no Caribe (ver o quadro 1).

⁴ As duas economias respondem por cerca de 41,5% do PIB regional.

Gráfico 1
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: CRESCIMENTO ECONÔMICO,
 EMPREGO E DESEMPREGO, 2000-2012**
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Estimativas.

Quadro 1
PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL, TAXAS DE VARIAÇÃO
(Em milhões de dólares a preços constantes de 2005)

	2010	2011	2012 ^a	2013 ^b
Argentina	9,2	8,9	2,2	3,9
Bolívia (Estado Plurinacional da)	4,1	5,2	5,0	5,0
Brasil	7,5	2,7	1,2	4,0
Chile	6,1	6,0	5,5	4,8
Colômbia	4,0	5,9	4,5	4,5
Costa Rica	4,7	4,2	5,0	3,5
Cuba	2,4	2,7	3,0	3,5
Equador	3,6	7,8	4,8	3,5
El Salvador	1,4	1,5	1,2	2,0
Guatemala	2,9	3,9	3,3	3,5
Haiti	-5,4	5,6	2,5	6,0
Honduras	2,8	3,6	3,5	3,5
México	5,6	3,9	3,8	3,5
Nicarágua	3,1	5,1	4,0	4,5
Panamá	7,6	10,6	10,5	7,5
Paraguai	13,1	4,4	-1,8	8,5
Peru	8,8	6,9	6,2	6,0
República Dominicana	7,8	4,5	3,8	3,0
Uruguai	8,9	5,7	3,8	4,0
Venezuela (República Bolivariana da)	-1,5	4,2	5,3	2,0

Quadro 1 (conclusão)

	2010	2011	2012 ^a	2013 ^b
Subtotal América Central (6 países)	4,1	4,3	4,2	3,8
Subtotal América do Sul (10 países)	6,5	4,5	2,7	4,0
Antígua e Barbuda	-7,9	-5,0	0,9	2,4
Bahamas	0,2	1,6	2,5	3,0
Barbados	0,2	0,6	0,2	1,0
Belize	2,9	2,5	4,2	2,3
Dominica	0,9	-0,3	1,6	1,7
Granada	0,0	1,0	0,2	1,2
Guiana	4,4	5,4	3,8	4,9
Jamaica	-1,5	1,3	-0,2	0,1
São Cristóvão e Névis	-2,4	2,1	-0,8	1,8
São Vicente e Granadinas	-2,8	0,1	1,5	1,5
Santa Lúcia	0,4	1,3	0,9	1,9
Suriname	7,3	4,5	3,6	4,7
Trinidad e Tobago	0,0	-1,4	1,0	2,5
Subtotal Caribe	-0,1	0,4	1,1	2,0
América Latina e Caribe	5,9	4,3	3,1	3,8

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Estimativas.

^b Projeções.

Em face do enfraquecimento da demanda externa, o crescimento da região se baseou na expansão da demanda interna, estimulada parcialmente pela política monetária ou fiscal na maioria dos países. A expansão da demanda respondeu, em grande medida, ao aumento do consumo, com um aumento relativo do consumo público, em consonância com a elevação das despesas públicas correntes em muitos países. A expansão da demanda interna compensou, em parte, o menor dinamismo do setor externo, cujo efeito negativo foi maior em vários países sul-americanos. Os setores que mais cresceram na região foram o comércio, a construção e os serviços financeiros e empresariais.

A importância do investimento no aumento do crescimento de 2012 foi menor que em 2011, devido, sobretudo, à contração na Argentina e no Brasil, economias com grande peso na média regional. O dinamismo do investimento também foi reduzido em alguns países centro-americanos, em Cuba e na República Dominicana, o que se refletiu em coeficientes de investimento muito baixos, em torno de 15% do PIB ou menos em 2012, embora as remessas tenham sido fonte de expansão da demanda interna. Contudo, o investimento cresceu significativamente em outros países da região e o coeficiente médio de investimento regional chegou a 22,9% do PIB em 2012, a porcentagem mais alta registrada desde 1981. A evidência de um crescimento maior da construção e do comércio sugere que o investimento se voltou preferencialmente para esses setores e se concentrou relativamente menos na aquisição de máquinas e equipamentos.

Embora o emprego e os salários tenham aumentado, inclusive com uma redução maior do desemprego entre as mulheres que o entre os homens, há indícios de menor crescimento do emprego “de qualidade”

O emprego e os salários cresceram, inclusive com uma maior redução do desemprego entre as mulheres (-0,3 ponto percentual na média simples dos países que dispunham dessa informação) que o dos homens (-0,1 ponto percentual). Para a região como um todo, a taxa de desemprego urbano passou de 6,7% em 2011 para 6,4% em 2012, o que é significativo em um contexto de desaceleração da economia mundial,

embora a taxa de redução seja menor que em anos anteriores: as taxas de desemprego foram de 8,1% em 2009, 7,3% em 2010 e 6,7% em 2011. Ademais, a redução do desemprego e o aumento da ocupação foram maiores nos países da América do Sul e são um fenômeno mais recente no México. No próprio México e na América Central ainda não se recuperaram os níveis de emprego existentes antes de 2009, e no Caribe não ocorre uma redução significativa da taxa de desemprego desde 2009 (veja o gráfico 1).

A elevação das despesas públicas correntes resultou em um crescimento do emprego público em 2012, o qual foi superior ao do emprego assalariado privado. Outros indicadores revelam melhorias no mercado de trabalho, porém a um ritmo decrescente. Assim, o emprego assalariado formal continuou a crescer de forma dinâmica em vários países, porém desacelerou, sobretudo na Argentina e no Brasil, em consequência do crescimento econômico menor nesses países. Ademais, a taxa de crescimento do emprego assalariado em 2012 (2,7%) se manteve acima da taxa de crescimento do trabalho por conta própria (2,2%), porém a diferença entre essas taxas (correspondentes a 3,2% e 1,9% em 2011) se reduziu. Em alguns países inverteu-se a tendência, com o registro de uma taxa de crescimento maior do trabalho por conta própria (Argentina, México e República Dominicana). Na maioria dos países que dispunham dessa informação (sete de dez), a proporção do setor terciário no emprego cresceu, o que reflete o menor dinamismo dos setores comercializáveis, como a agricultura e a indústria, mais afetados pelo enfraquecimento da demanda externa.

De modo geral, os salários reais aumentaram, o que também ajudou a fortalecer a demanda interna e o consumo em especial. A elevação do salário mínimo em muitos países contribuiu para o aumento dos salários reais. Além disso, foram adotadas várias mudanças na legislação trabalhista da região, inclusive medidas para fortalecer os direitos ou a renda dos trabalhadores locais (Nicarágua, Uruguai e Equador), a ampliação dos direitos associados à amamentação (Equador, México e Venezuela (República Bolivariana da)), a reestruturação das contribuições para a seguridade social para favorecer atividades que fazem uso intensivo de mão de obra (Brasil) e mudanças mais amplas da legislação, como a instituição de novos tipos de contrato e a regulamentação da subcontratação no México e a eliminação da terceirização, a redução da jornada de trabalho e o aumento da indenização por demissão na Venezuela (República Bolivariana da).

As perspectivas para 2013 continuam sinalizando um contexto externo pouco dinâmico e sujeito a incertezas

As perspectivas econômicas para a América Latina e Caribe dependem, em grande medida, da evolução da economia mundial em 2013. O cenário mais provável é que o baixo crescimento se prolongue na Europa durante esse ano, em alguns casos inclusive com recessão, embora, ao mesmo tempo, possam surgir acordos que permitam superar gradualmente os atuais desequilíbrios financeiros, fiscais e de competitividade. Por outro lado, com o fim das eleições presidenciais nos Estados Unidos, aumentaram as probabilidades de um acordo na área fiscal, embora parcial, ao mesmo tempo em que se ratificou a intenção de manter uma política monetária expansionista. Uma vez que se notam indicadores favoráveis do desempenho no âmbito do trabalho e da habitação, no todo é possível prever um cenário com certo dinamismo em 2013. A China poderia apresentar taxas de crescimento mais altas em 2013, ou ao menos evitar uma redução, o que depende de até que ponto conseguirá aumentar o consumo interno mantendo as pressões inflacionárias sob controle e, ao mesmo tempo, recuperar o crescimento de suas exportações. A possível consolidação do crescimento nos Estados Unidos e, menos provável, uma gradual recuperação ou ao menos uma interrupção da deterioração na Europa contribuiriam para isso. Nesse cenário também se supõe que o petróleo não se tornará um fator de mais instabilidade por motivos de natureza geopolítica.

Partindo desse cenário de base para 2013, estima-se a possibilidade de uma aceleração do crescimento do PIB da América Latina e Caribe, com uma taxa de expansão em torno de 3,8% como resultado de dois efeitos em particular. Por um lado, um maior crescimento da Argentina e do Brasil, principalmente pela recuperação da atividade do setor agrícola no primeiro, e da manufatura e do investimento no segundo. Um crescimento maior do comércio entre esses dois países poderia ter um efeito positivo sobre a atividade econômica de ambos. Por outro lado, seria mantido um certo dinamismo da demanda interna em várias economias da região, em consequência da melhoria dos indicadores do trabalho, do aumento do crédito bancário ao setor privado e dos preços das matérias-primas, que não sofreriam quedas significativas adicionais, embora um contexto externo com elevada incerteza e baixo crescimento venha a se traduzir em uma contribuição relativamente menor da demanda externa para o crescimento econômico em 2013.

Nesse cenário haveria uma menor dispersão das taxas de crescimento, inclusive com uma certa aceleração do crescimento no Caribe. No entanto, os países do Caribe enfrentariam uma fragilidade fiscal continuada que exigiria reformas fiscais acompanhadas de apoio externo para assegurar que a consolidação fiscal se mantenha em uma trajetória sustentável.

Na América Latina e Caribe, persiste o desafio de aumentar e estabilizar o crescimento do investimento (e não depender apenas do consumo) como forma de impulsionar a mudança estrutural, incorporar os avanços técnicos e dar sustentabilidade ao crescimento. Nesse sentido, o aproveitamento do mercado regional, em um contexto de regionalismo aberto, poderia compensar, em parte, a debilidade da demanda externa notada nos últimos anos.

Finalmente, em face da menor probabilidade de uma agudização dos fatores de risco externos (aprofundamento da crise na zona do euro, ausência de um acordo para solucionar o precipício fiscal nos Estados Unidos, uma forte desaceleração na China ou altas do preço do petróleo em virtude da tensão política no Oriente Médio), não pode ser descartado um cenário de crescimento menor, embora isso seja menos provável do que o cenário de base. A resiliência demonstrada pela América Latina e Caribe até agora seria posta à prova de maneira mais intensa e o impacto continuaria sendo diferenciado, segundo a importância de cada um desses fatores. Um menor crescimento nos Estados Unidos afetaria em maior medida o México, a América Central e o Caribe, ao passo que a continuação da recessão na Europa ou da desaceleração na China poderia afetar mais o restante dos países da América do Sul. Por último, uma alta dos preços do petróleo teria um impacto mais ou menos favorável dependendo de os países da região serem exportadores ou importadores líquidos de combustíveis.

